

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. | Resultados do 2º trimestre de 2022

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022 - A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Linhas de Macapá", "LMTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T22) e os primeiros seis meses de 2022 (6M22). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

1. Considerações gerais

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

Desde 10 de junho de 2022, a Energisa Transmissora de Energia S/A, subsidiária da Energisa S/A, passou a deter 100% da Gemini Energy S/A após a conclusão da aquisição das ações representativas do seu capital total e votante com pagamento no montante total de R\$ 802,7 milhões. Esta movimentação faz parte do processo de reestruturação da Companhia, com foco na excelência, novos investimentos e crescente melhoria na gestão de seus ativos.

Segue abaixo quadro o resumo da concessão:

Nome	UF	Extensão (Km)	Subestações	RAP Ciclo 22-23 (R\$ milhões) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE - Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	AP/PA	685	4	142,2 ^(b)	22,2	Operacional

Notas: (a) Receita anual permitida (RAP) atualizado para o ciclo 22/23/ (b) Considera RAP adicional de R\$ 2,2 milhões com base na REA nº 11.996/22

2. Resultados econômico-financeiros

No 2T22, a Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. apresentou receita operacional líquida de R\$ 36,50 milhões e prejuízo de R\$ 0,5 milhões.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
Receita Operacional Bruta	41,0	38,2	+ 7,3	79,6	76,8	+ 3,6
Receita Operacional Líquida	36,5	33,9	+ 7,7	70,8	68,3	+ 3,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	14,2	13,6	+ 4,4	30,7	33,7	- 8,9
EBITDA	14,2	13,6	+ 4,4	30,7	33,7	- 8,9
Resultado financeiro	(12,9)	(11,6)	+ 11,21	(25,5)	(23,4)	+ 9,0
Contribuição social e imposto de renda	(1,8)	(1,0)	+ 80,0	(3,3)	(3,9)	- 15,4
Lucro Líquido	(0,5)	1,0	-150,0	1,8	6,4	- 71,9

Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
	30/06/2022	31/12/2021	Var. %
Ativo Total	1.930,6	1.975,06	- 2,3
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	58,1	40,6	+ 43,1
Patrimônio Líquido	875,7	903,1	- 3,0

3. Estrutura de capital

3.1 Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 58,1 milhões em junho de 2022, frente aos R\$ 56,2 milhões registrados em março de 2022.

Em 30 de junho de 2022, a dívida líquida foi de R\$ 627,7 milhões, contra R\$ 656,1 milhões em março de 2022.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2022	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	78,4	79,0	73,3
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	11,6
Debêntures	62,5	63,0	60,7
Encargos de dívidas	0,9	1,0	1,0
Não Circulante	607,4	634,4	630,0
Empréstimos e financiamentos	154,8	158,5	162,3
Debêntures	452,6	475,9	467,7
Total das dívidas	685,8	713,4	703,3
(-) Disponibilidades financeiras	58,1	56,2	40,6
Total das dívidas líquidas	627,7	657,2	662,7

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.498	2.040
Consumidores e concessionárias	15.602	15.879
Tributos a recuperar	1.535	1.773
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	146.432	142.464
Despesas pagas antecipadamente	1.381	641
Outros créditos	1.345	2.035
Total do circulante	172.793	164.832
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	1.693.839	1.694.906
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	51.630	38.579
Depósitos Judiciais	125	114
Partes relacionadas	-	58.952
Outros Créditos	11.604	16.820
	1.757.198	1.809.371
Imobilizado	477	554
Intangível	132	312
Total do não circulante	1.757.807	1.810.237
Total do ativo	1.930.600	1.975.069

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	5.069	8.758
Encargos de dívidas	901	969
Empréstimos e financiamentos	14.980	11.605
Debêntures	62.479	60.666
Impostos e contribuições sociais	4.767	3.608
Encargos do Consumidor	1.355	977
Outros passivos	1.482	2.541
Total do circulante	91.033	89.114
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	154.787	162.277
Debêntures	452.631	467.679
Provisões	12.378	12.310
Impostos e contribuições sociais	170.225	169.957
Tributos Diferidos	173.676	170.350
Outros passivos	155	287
Total do não circulante	963.852	982.860
Patrimônio líquido		
Capital social	667.013	667.013
Reservas de Capital	48.867	49.496
Reserva legal	20.544	20.544
Reserva de Incentivo fiscal	3.516	3.516
Reserva especial de dividendos	133.934	162.516
Lucros acumulados	1.843	-
Total do patrimônio líquido	875.717	903.085
Total do passivo e patrimônio líquido	1.930.600	1.975.069

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

3. Demonstrações de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	2T22	2T21
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	2.375	1.774
Receita de remuneração do ativo de contrato	36.089	34.805
Outras receitas	2.552	1.636
Total de receita operacional bruta	41.016	38.215
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(591)	(579)
PIS diferido	(24)	(39)
COFINS corrente	(2.724)	(2.666)
COFINS diferido	(111)	(181)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(643)	(437)
Taxa de fiscalização	(393)	(381)
	(4.486)	(4.283)
Receita operacional líquida	36.530	33.932
Despesas operacionais		
Pessoal	(4.897)	(4.524)
Material	(161)	(3.059)
Serviços de terceiros	(12.411)	(8.392)
Amortização e Depreciação	(114)	(170)
Custo de construção	(1.268)	(8.198)
Outras despesas	(3.451)	4.050
	(22.302)	(20.293)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	14.228	13.639
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeira	1.269	27
Outras receitas financeiras	58	29
Encargos de dívidas - juros	(13.847)	(11.254)
Outras despesas financeiras	(345)	(448)
	(12.865)	(11.646)
Resultado antes dos tributos	1.363	1.993
Contribuição social e imposto de renda	(1.830)	(1.020)
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(467)	973

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Conselho de Administração

Ricardo Perez Botelho
Conselheiro

Mauricio Perez Botelho
Conselheiro

Gioreli de Sousa Filho
Conselheiro

Daniele Araújo Salomão Castelo
Conselheiro

Antonio Carlos de Andrada Tovar
Conselheiro Suplente

Flávio Alves de Lima
Conselheiro

Tulio Luis Mauro Barata
Conselheiro Suplente

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor Técnico

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para o** **período findo em 30 de junho de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede no Rio de Janeiro e com filiais no Amapá e no Pará, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

Em 17 de fevereiro de 2022, a Energisa Transmissora de Energia S/A, celebrou, com Energisa S/A na qualidade de Interviente Garantidora, um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com os vendedores Power Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e Perfin Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, tendo, ainda, como Intervientes Anuentes as sociedades alvo do Contrato de Compra e Venda, para regular a aquisição de 2.330.106 ações ordinárias de propriedade dos Vendedores, de emissão da Gemini Energy S/A.

A Gemini é detentora de 85,04% da Companhia que possui atividade operacional de transmissão na região Norte que interliga importante sistema de geração como Tucuruí e Xingu a centros de consumo do Pará.

O Valor da Transação será de R\$0,353037 por ação, considerando a assunção do endividamento líquido de R\$1.734.245 detido pela Gemini.

Em 28 de março de 2022 e 26 de abril de 2022 ocorreram as aprovações da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Aneel, respectivamente.

Em 10 de junho de 2022 ocorreu a alteração de controle indireto da Companhia, passando a Energisa S/A ser detentora de 100% das ações da Gemini Energy S/A.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008 a Isolux Ingenieria S.A. (ex-controladora da Gemini Energy) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B, linha Oriximiná-Macapá. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos seguintes trechos: linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações

necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço, como segue.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 1.4 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021(doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa em 25 de março de 2022.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pela diretoria em 10 de agosto de 2022.

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 1.5 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2.3 Reapresentação das demonstrações financeiras

A administração revisitou a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa conforme o CPC 03 - Fluxo de Caixa e concluiu sobre a reapresentação dos juros pagos como atividade financiamento para melhor apresentação dos saldos, que segue:

	2021 Reap	Ajustes	2021 Original
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	26.546	10.059	16.487
Juros pagos	-	10.059	(10.059)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(23.774)	(10.059)	(13.715)
Novos empréstimos e financiamentos e debêntures	(10.059)	(10.059)	-

3. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Evento Operacional Amapá

Na noite de 03 de novembro de 2020, a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Com isso, o suprimento de energia do Estado do Amapá, que dependia no momento da ocorrência quase que exclusivamente das instalações de transmissão da LMTE, acabou sendo temporariamente comprometido. Com esse incidente, aproximadamente 765 mil pessoas, em 13 cidades, incluindo a capital Macapá, ficaram parcialmente sem energia elétrica.

Adicionalmente, na data da ocorrência, o Transformador 02 - 230/69/13,8 kV (7TR02), com função primária de atuar como reserva, encontrava-se em manutenção por razão de uma ocorrência em 30/12/2019, tendo todos os passos sido informados aos órgãos competentes, conforme procedimentos da regulação setorial.

Após o ocorrido, a Companhia tomou as providências cabíveis de forma prioritária e, através da substituição de peças e com o acompanhamento e suporte do grupo de trabalho composto, além da LMTE, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ANEEL, Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e Eletronorte, com suporte das Forças Armadas, 60% a 70% da capacidade de carga total necessária no estado do Amapá foi reestabelecida em 07 de novembro, ou seja, 3 dias após o incidente.

As operações na SE Macapá, objeto da concessão da LMTE, foram progressivamente recompostas ao longo do mês de novembro, sendo 67% recomposta no dia 07 de novembro, com a recuperação do Transformador 03, e foram 100% normalizadas no dia 24 de novembro, após a transferência do transformador 01 da Subestação de Laranjal

do Jari para a Subestação do Macapá. Ainda segundo as diretrizes do Gabinete de Crise, a LMTE realizou a transferência de um terceiro Transformador cedido a título oneroso por outra concessionária do setor e vindo de Boa Vista - Roraima, conseguindo, com muito esforço, após diversas e complexas etapas, disponibilizá-lo para operação em 23 de dezembro de 2020, de forma antecipada às previsões.

Sequencialmente, em 08/01/2021, a transformação da Subestação Laranjal foi recomposta através de outro equipamento cedido de forma onerosa, este vindo de Vila do Conde - Pará, como forma de manter a configuração original, em quantitativo de transformadores, na Subestação de Laranjal do Jari, também objeto da concessão outorgada à LMTE.

Adicionalmente, em abril, o Gabinete de Crise solicitou que a subestação Macapá contasse com um quarto transformador, em caráter temporário, o que foi obtido com o transformador existente na subestação Laranjal do Jari, da LMTE. Para tal comando, novamente foi utilizado o processo de cessão onerosa de outro transformador proveniente de Vila do Conde. Em julho ambos os transformadores estavam disponíveis, tanto em Macapá quanto em Laranjal do Jari.

O transporte de transformadores, que pesam unitariamente em torno de 200 toneladas, envolveu complexa logística que incluiu, além da parte terrestre, o traslado por balsa durante horas, com grandes riscos de danificar o equipamento no percurso.

Como parte das ações de definitivo reestabelecimento das instalações da Companhia, foi contratada junto ao fornecedor ABB a aquisição de 2 (dois) novos transformadores de 230/69/13,8kV 150MVA, para SE Macapá que foram entregues em setembro/2021 e outubro/2021, conforme descrito na Nota 10. Contratou-se, ainda, com a WEG, o reparo do TR2 que foi entregue na SE Macapá em dezembro/2021. Todas as providências foram, e estão sendo acompanhadas e validadas pelo ONS, MME e ANEEL, bem como os seguros dos equipamentos avariados devidamente acionados.

Os novos transformadores foram energizados, respectivamente em 24 de setembro e 12 de novembro, normalizando a transformação da subestação Macapá = 3 x 150 MVA. Nas mesmas ocasiões foram devolvidos os transformadores cedidos de Boa Vista e um dos provenientes de Laranjal do Jari.

Muito embora as causas do incidente ainda estejam em apuração, tanto internamente quanto pelos órgãos competentes, em decorrência da indisponibilidade temporária dos transformadores da Subestação Macapá já foram apuradas as seguintes penalidades:

A título de PVI, Parcela Variável por Indisponibilidade, até a apuração de 03/2022, o ONS já descontou da LMTE R\$ 574 até março de 2022 e não são esperados mais descontos.

Nos moldes da regulação setorial também é possível a aplicação de PVRO, Parcela Variável por Restrição Operativa, na hipótese de ser configurada redução da capacidade operativa das funções de transmissão/transformação das instalações da LMTE, e caso não tenha sido alcançado o limite de descontos previsto na norma aplicável. Deste modo, já foi descontado, a título de PVRO, o montante de R\$ 10 até março de 2022. Para o ciclo de 2022-2023 é esperada Parcela Variável por Restrição Operativa de R\$743 de acordo com a Resolução Homologatória 3.067 de 12 de julho de 2022.

Tendo em vista o tempo de indisponibilidade do Transformador 7TR02, que se encontra em manutenção desde 30/12/2020, a ANEEL decidiu, excepcionalmente, antecipar os descontos que estavam sendo operacionalizados via Parcela de Ajuste correspondentes às Suspensões do Ciclo 2019-2020, bem como determinou no âmbito Processo Administrativo nº 48500.005796/2020-34 que os descontos do ciclo 2020-2021 sejam mês a mês operacionalizados.

Ocorreram descontos referentes à suspensão dos pagamentos base dos Transformadores (7TR02, 7TR03 SE Macapá e 7TR01, 7TR02 Laranjal). Mesmo com a recomposição do sistema, com 4 transformadores disponíveis na SE de Macapá, a ANEEL aplicou a penalidade de acordo com o item 4.5.2 do Módulo 4 da REN 905/2020 realizando a dedução imediata nos Encargos de Uso do Sistema - EUST, uma vez que o ONS interpretou que houve restrição operativa gerada pelos equipamentos cedidos pela ELETRONORTE que possuem carga inferior ao equipamento requerido pela ANEEL no leilão.

- R\$ 239 - ciclo 20-21 TR02 (iniciadas novembro/20 desconto no AVC mensal)
- R\$ 119 - ciclo 2020-21 (TR01 - TR03 Macapá)

-R\$ 1.155 - ciclo 21-22 (TR02 TR03 SE Macapá e TR01 e TR02 Laranjal)

Totalizando R\$ 1.513 de desconto referente a suspensão de pagamentos base. Os novos transformadores entraram em operação plena conforme cronograma abaixo.

Conclusão do TR02 de Macapá: Concluído em 15/11/2021

Conclusão do TR03 da SE Macapá (retrofit): Concluído em 09/12/2021

Conclusão do TR01 da SE Laranjal: Concluído em 17/02/2022.

Conclusão do TR02 da SE Laranjal: Concluído em 21/03/2022

Em 10 de fevereiro de 2021, a SFE, Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL, lavrou o Auto de Infração nº 0001/2021-SFE, por meio do qual aplicou à LMTE multa no valor total de R\$ 3.672 com valor atualizado de R\$ 4.189, correspondente a pouco mais de 3,54% da Receita Operacional Líquida - ROL da Concessionária.

Contra o referido Auto de Infração, em 22/02/2021 foi interposto Recurso Administrativo - que tem efeito suspensivo e impede a cobrança da sanção, questionando a totalidade da multa e indicando vícios de legalidade do Auto de Infração nº 0001/2021-SFE. Em 26/10/2021, a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora negou provimento ao Recurso. A Companhia ingressou com medida judicial, com pedido liminar de efeito suspensivo.

A perda do valor discutido é classificada neste momento como possível, já que não temos como precisar agora se a multa será completamente afastada, totalmente mantida ou parcialmente revista pela ANEEL.

Quanto à possibilidade de decretação da Caducidade do Contrato de Concessão / Impedimento de Contratar com a Administração Pública / Intervenção na Concessão, ressalta-se que, até o momento, nenhuma destas hipóteses foi sequer abordada nos processos em trâmite, ou mesmo nas tratativas da Concessionária junto à Agência Reguladora. Além disso, tendo em vista já ter sido lavrado o Auto de Infração nº 001/2021-SFE, com a penalidade acima referida, considera-se remota a possibilidade de serem aplicadas à LMTE as penalidades de caducidade do contrato, impedimento de contratar com a Administração ou intervenção na concessão.

Para atuar em sua defesa, a LMTE reuniu uma equipe jurídica com membros internos e externos, bem como montou um gabinete interno de crise para solucionar as questões operacionais da Companhia e gestão da reputação em função da extensa cobertura da mídia sobre o assunto em questão. Os processos judiciais referentes ao tema se encontram divulgados na Nota 18.

Em paralelo às atividades técnicas e consoante ao seu programa de ASG (Ambiental, Social e Governança), durante o período mais agudo da ocorrência, a fim de minimizar os efeitos sobre a população, sobretudo a parcela mais vulnerável, a LMTE realizou a distribuição de kits formados por cestas básicas, água mineral e kit anticovid-19 nos municípios de Macapá e Santana, beneficiando um total de 4.000 famílias.

Em 2022 a Companhia assinou um acordo com a prefeitura para revitalizar e fazer manutenção de uma praça, na zona sul da cidade, para uso dos moradores. Também foi divulgado edital para captação de projetos destinados à promoção de ações de melhoria para o desenvolvimento socioambiental dos bairros dos municípios de Macapá.

A Companhia estuda parcerias para tornar permanente o apoio a projetos sociais na localidade.

5. Caixa e equivalente de caixa

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 2022 equivale a 99,33% do CDI (99% em 2021).

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	182	225
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	6.316	1.815
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6.316	1.815
Total caixa e equivalentes de caixa	6.498	2.040

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos públicos, Letra Financeira do Tesouro (LFT), entre outros.

	30/06/2022	31/12/2021
Certificado de Depósito Bancário CDB ⁽¹⁾	51.630	38.579
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	51.630	38.579

(1) Refere-se à conta reserva estabelecida em garantia do contrato de empréstimo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

6. Concessionárias e permissionárias

	LMTE	
	30/06/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	15.491	15.879
Transações com partes relacionadas	111	-
	15.602	15.879

7. Tributos a recuperar

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (*)	797	587
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL (*)	186	660
Contribuições ao PIS e a COFINS	552	526
Total - Circulante	1.535	1.773

(*) Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. Transação com partes relacionadas

	30/06/2022	31/12/2021
Gemini Energy S.A*	-	58.952

Em 20 de maio de 2022 ocorreu a deliberação dos dividendos no valor de total de R\$ 28.582 conforme nota 15 - Patrimônio Líquido. Em 10 de junho de 2022 a Companhia encerrou o saldo em aberto através da distribuição de dividendos.

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissora S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detém o controle acionário, direta ou indiretamente, das seguintes empresas com transações operacionais com a LMTE:

Controladas diretas da Energisa S/A:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);

- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);

Saldo a receber - Disponibilização de sistema de transmissão ^(*):

	30/06/2022
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	14
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	9
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	35
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	8
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	20
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	16
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	9
Total	111

Disponibilização do sistema de transmissão ^(*):

	30/06/2022
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	43
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	5
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	26
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	105
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	24
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	59
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	47
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	8
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	26
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	4
Total	347

(*) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Remuneração dos administradores

	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração da Diretoria	21.685	1.718
Outros Benefícios ^(*)	4.598	606

(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de junho de 2022, foram de R\$ 1.828 e 195 (R\$ 96 e R\$ 36 em 30 de junho de 2021). A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 766 (R\$59 em 30 de junho de 2021), o aumento refere-se ao pagamento de remuneração variável pago em junho de 2022.

Programa de Remuneração Variável (ILP)

Em dezembro de 2019 foi aprovado o Plano Geral em Assembleia Geral Extraordinária a criação de um plano de outorga de ações entre a controlada Gemini Energy S/A e a administração.

Em janeiro de 2020 ocorreu o contrato de outorga entre a controladora e a diretoria conforme as premissas abaixo:

	Programa ILP
Total de opções de ações outorgadas	112.826
Data de aprovação do Conselho de Administração	30 de dezembro de 2019
Data de início <i>vesting</i>	31 de janeiro de 2020
Prazo de carência	10 anos
Movimentação	Liquidado

Em junho de 2022, com a conclusão da alienação da Companhia para a controladora indireta Energisa Transmissora de Energisa S/A, ocorreu o pagamento aos beneficiários de R\$ 2.287 conforme evento de liquidez previsto no plano.

Em 10 de junho de 2022 o plano foi encerrado e cancelado conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

9. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Imposto de Renda	32.340	29.647
Contribuição Social	11.643	10.673
Total - ativo não circulante	43.983	40.320
Passivo		
Imposto de Renda	160.043	154.905
Contribuição Social	57.616	55.765
Total - passivo não circulante	217.659	210.670
Total líquido - passivo não circulante	(173.676)	(170.350)

	30/06/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	126.432	31.608	116.171	29.043
Base negativa da contribuição social	126.432	11.379	116.171	10.455
Provisões para riscos (fiscais, cíveis e trabalhistas)	2.487	845	2.419	822
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	442	151	-	-
Total ativo não circulante	255.793	43.983	234.761	40.320
Ajuste da Lei 11.638/2007-RTT	(160.365)	(54.524)	(165.228)	(56.177)
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(479.807)	(163.135)	(454.391)	(154.493)
Total passivo não circulante	(640.172)	(217.659)	(619.619)	(210.670)
Ativo (passivo) líquido	(384.379)	(173.676)	(384.858)	(170.350)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como, a compensação dos créditos tributários registrados, são como segue:

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	5.169	10.319
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(1.757)	(3.508)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.737)	(423)
Outras exclusões / (adições) permanentes	168	4
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(3.326)	(3.927)
Alíquota efetiva	64,34%	38,06%

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato) - consolidado

10.1 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período/período:

Descrição	30/06/2022
	LT 500 kv Oriximiná - Jurupari; LT 230 kv
Margem de construção	2,00%
Margem de operação e manutenção	2,00%
Taxa de remuneração	8,14%
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	1.365.159
RAP anual	123.759
Ativo de contrato em 31/12/2020	1.770.465
Receita de remuneração do ativo de contrato	141.210
Ganhos/perdas de remuneração ativo contratual	59.507
Receita de operação e manutenção	10.797
Recebimento RAP	(144.609)
Ativo de contrato em 31/12/2021	1.837.370
Receita de remuneração do ativo de contrato	72.149
Receita de operação e manutenção	2.904
Recebimento RAP	(72.152)
Ativo de contrato em 30/06/2022	1.840.271
Circulante	146.432

11. Fornecedores

	30/06/2022	31/12/2021
Materiais	448	631
Serviços	4.621	8.127
Total - circulante	5.069	8.758

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 30/06/2022
Mensurados ao valor justo					
Moeda Nacional					
BASA - FNO	174.851	(659)	(10.357)	6.834	170.668
Total ao valor justo	174.851	(659)	(10.357)	6.834	170.668
Circulante	12.574				15.881
Não circulante	162.277				154.787

	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
BASA - FNO	176.270	(983)	(14.760)	14.324	174.851
Total do custo	176.270	(983)	(14.760)	14.324	174.851
Circulante	2.389				12.574
Não circulante	173.881				162.277

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	Garantias (*)
	30/06/2022	31/12/2021				
CCB 007-10/0062-3	170.668	174.850	8,5% a.a.	10/10/2033	Mensal	CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.
Total em Moeda Nacional	170.668	174.850				

A Companhia e suas controladas tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos:

Em 30 de junho de 2022, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2023	7.490
2024	14.979
2025	14.979
2026	14.979
Após 2026	102.360
Total	154.787

13. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 30/06/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado					
TJLP	537.010	(30.312)	(2.760)	19.356	523.294
Gastos com captação	(8.665)	-	-	481	(8.184)
Total do custo	528.345	30.312	2.760	19.837	515.110
Circulante	60.666	-	-	-	62.479
Não circulante	467.679	-	-	-	452.631

	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado					
TJLP	568.974	(58.193)	(5.658)	31.887	537.010
Gastos com captação	(9.630)	-	-	965	(8.665)
Total do custo	559.344	(58.193)	(5.658)	32.852	528.345
Circulante	57.969	-	-	-	60.666
Não circulante	501.375	-	-	-	467.679

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Garantias (*)
	30/06/2022	31/12/2021						
Debêntures 1ª Emissão, 4 séries	523.294	537.010	27/01/2012	569.568	TJLP + 1% a.a.	15/10/2030	Semestral	CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.
Custo de captação incorrido na contratação	(8.184)	(8.665)						
Total	515.110	528.345						

Em 30 de junho de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Amortizações Não Circulante
2023	29.698
2024	60.419
2025	60.419
2026	60.419
Após 2026	241.676
Total	452.631

14. Impostos e contribuições sociais

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	15	15
Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-
Contribuições ao PIS e a COFINS (*)	171.300	170.905
Encargos Sociais	2.746	2.148
Imposto sobre serviços - ISS	29	114
Tributos retidos na Fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	902	383
Outros	-	-
Total	174.992	173.565
Circulante	4.767	3.608
Não circulante	170.225	169.957

(*) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

15. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatória	Ambiental	Fundiário	Consumidor	30/06/2022
Saldo em 31/12/2021	153	2.470	557	8.037	136	957	12.310
Provisão contingências	-	-	-	-	-	888	888
Reversões de provisões	(137)	(434)	(14)	-	-	(957)	(1.542)
Atualização	43	271	-	396	12	-	722
Saldo em 30/06/2022	59	2.307	543	8.433	148	888	12.378

Cíveis

Os processos estão relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Ambiental

Os processos estão relacionados ao descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatória em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhista	Cíveis	Regulatória	Ambiental	Fundiário	Fiscais	30/06/2022
Saldo em 31/12/2021	8.386	117.929	4.229	16.572	34	26.534	173.684
Novas Adições	-	53.840	-	-	-	25.425	79.265
Reversões de provisões	(8.008)	(40.365)	-	-	-	(207)	(48.580)
Atualização	19	641	518	970	3	2.797	4.948
Saldo em 30/06/2022	397	132.045	4.747	17.542	37	54.549	209.317

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos cíveis relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A Companhia é Ré em demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).

A Companhia está envolvida em processos judiciais envolvendo discussão sobre segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública.

Ambiental

A Companhia está envolvida em processos judiciais envolvendo discussão sobre multa proveniente de possível descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental; suposto descumprimento das condicionantes n 2.8 da LO 1218/2014 e 2.7 e 2.19 da ALA ICMBIO N 11/2010.

Fiscal

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões envolvendo suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica (ISS).

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$667.013 representando 667.013.209 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	99.753.209
	<u>667.013.209</u>

16.2 Reserva de Capital

	30/06/2022	31/12/2021
Conversão de pagamento de debenture FDA em Ações	49.496	49.496
Transação entre sócios (*)	(629)	-
Total	48.867	49.496

(*) Refere-se ao impacto do programa de remuneração variável pago em junho de 2022.

16.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do período antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

16.4 Reserva Especial de dividendos

A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 50% do lucro líquido ajustado, apurado no período findo em períodos anteriores que serão destinados a reversa especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em períodos subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Em 20 de maio de 2022 ocorreu a deliberação dos dividendos no valor de total de R\$ 28.580 equivalente a 0,0428 por ação alcançando o valor final de reserva de R\$ 133.934 (R\$ 162.516 em 31 de dezembro de 2021). Em 10 de junho de 2022 ocorreu o pagamento e a realização contábil integral do valor declarado. Em 10 de junho de 2022 ocorreu o pagamento de R\$ 4.274 ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e a compensação de R\$ 24.308 do saldo de parte relacionada em aberto com a Gemini Energy S.A.

17. Receita operacional-consolidada

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/06/2021 a 30/01/2021
Receita de operação e manutenção	2.375	2.904	1.774	3.722
Receita de remuneração do ativo de contrato	36.089	72.149	34.805	69.559
Outras receitas	2.552	4.518	1.636	3.531
Total de receita operacional bruta	41.016	79.571	38.215	76.812
Deduções da receita operacional				
Pis corrente	(591)	(1.143)	(579)	(1.142)
Pis diferido	(24)	(48)	(39)	(82)
Cofins corrente	(2.724)	(5.266)	(2.666)	(5.262)
Cofins diferido	(111)	(220)	(181)	(380)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(643)	(1.286)	(437)	(873)
Taxa de fiscalização	(393)	(773)	(381)	(774)
Dedução da receita	(4.486)	(8.736)	(4.283)	(8.513)
Receita operacional líquida	36.530	70.835	33.932	68.299

18. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2022	2021
Auto	30/05/2023	450	3	2
Responsab.Civil Geral	13/06/2023	20.000	19	12
Riscos Operacionais	13/06/2023	120.000	1.372	1.451
Judicial Execução Fiscal	18/11/2023	5.069	101	101
			1.495	1.566

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		182	182	225	225
Contas a receber		15.601	15.601	15.879	15.879
		15.783	15.783	16.104	16.104
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	6.316	6.316	38.350	38.350
		6.316	6.316	38.350	38.350
Passivo					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		685.778	685.778	703.196	703.196
		685.778	685.778	703.196	703.196

Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e debêntures. O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 30 de junho estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(b) Empréstimos e Debêntures: a Companhia possui operações de empréstimos e debêntures que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A. e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM).

Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. Por isso, não está contemplado no escopo do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, que afirma que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas que estão sujeitos, visto que, no Brasil, não existe um mercado consolidado para dívidas de longo prazo, ficando a oferta restrita normalmente a um ente governamental.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria

tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período findo de 30 de junho de 2022 são como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	685.778	703.196
Caixa e equivalentes de caixa	(6.498)	(2.040)
Dívida líquida	679.280	701.156
Patrimônio líquido	667.013	667.013
Índice de endividamento - líquido	1,02	1,05

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		5.069	-	-	-	-	5.069
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	8,13%	48.520	49.527	194.767	151.319	525.296	969.430
Total - (Perda)		53.589	49.527	194.767	151.319	525.296	974.499

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As controladas são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia e controladas conseguirem cumprir seu planejamento financeiro para os próximos períodos.

b) Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	5	182	225
Contas a receber	6	15.601	15.879
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	6.316	1815

c) Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 12, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	51.630	Alta CDI	6.841	8.551	10.261
Caixa e equivalente de caixa	6.316	Alta CDI	837	1.046	1.255
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(523.293)	Alta TJLP	(35.689)	(44.611)	(53.534)
Total - (Perdas)	(465.347)		(28.011)	(35.014)	(42.017)

Gerenciamento dos riscos de liquidez

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As controladas são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia e controladas conseguirem cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios.

20. Lucro por ação básico e diluído

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do período	1.843	6.392
Média ponderada em milhares de ações ordinárias	667.013	667.013
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ ^(*)	0,0028	0,0096

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2022
Outras transações não caixa	
Atividades de financiamento	
Pagamento dividendos	(24.308)
Partes relacionadas	24.308

22. Evento Subsequente

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, através da Resolução homologatória nº 3.067, estabeleceu a RAP das transmissoras para o ciclo 2022/2023. O reajuste foi em média de 11,73%, correspondente a variação do índice de atualização (IPCA), previsto no contrato de concessão.

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor Técnico

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7“S” RJ

Linhas de Macapá

Transmissora de Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes aos Períodos de Três e Seis
Meses Findos em 30 de Junho de 2022
e Relatório sobre a Revisão de Informações
Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Incêndio nos transformadores da linha de transmissão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 às informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de junho de 2022, na qual a Companhia divulga ocorrência de indisponibilidade na Subestação de Macapá que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá a partir do mês de novembro de 2020, bem como todos os seus desdobramentos. A Companhia também descreve que, na data da aprovação de suas informações financeiras intermediárias, os processos de natureza cível, criminal e administrativa instaurados, e todos os possíveis efeitos financeiros estimados, se encontram divulgados e, quando aplicável, registrados. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

ESTE DOCUMENTO DEVE SER DESTRUÍDO OU DEVOLVIDO PARA A DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. E NÃO DEVE SER REPRODUZIDO OU DISTRIBUÍDO EM QUALQUER FORMA SEM PERMISSÃO
© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias referidas anteriormente incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3